

Experiências sociais: o que é possível ver de onde estamos?

Social experiences: what can we see from where we stand?

DINORA TEREZA ZUCCHETTI*

ELIANA PEREZ GONÇALVES DE MOURA**

MAGALI MENDES DE MENEZES***



RESUMO – Neste texto, procuramos, a partir de uma pesquisa em uma cooperativa de recicladores da região metropolitana de Porto Alegre, expor nosso tatear, os recuos e avanços que fazemos, na tentativa de reencontrarmos constantemente nossos desejos investigativos, que se transformam ao misturarem-se com outros desejos. Este artigo, portanto, procura explicitar os caminhos investigativos e as reflexões que deles advêm. As análises desenvolvidas sobre pesquisa-formação mostram a possibilidade de construção de um espaço que pode dar visibilidade e refletir sobre as vivências de homens e mulheres que trabalham com o destino de resíduos sólidos urbanos, a partir de experiências de trabalho coletivo, numa ação cotidiana de geração de renda, trabalho e educação.

Palavras-chave Experiências sociais. Pesquisa qualitativa. Trabalho cooperado.

ABSTRACT – The present article is the result of a research conducted in a recycling cooperative located in the metropolitan region of Porto Alegre. Our aim is to describe the way we handled the project, the setbacks and advances we faced in our attempts to expose our investigative approaches and the reflections arising from this movement. Our analyses on educational research show the possibility of building up an area of greater visibility, in which one may reflect upon the experiences of men and women who work in urban solid waste management, based on experiences of collective action, engaged in routine actions involving income generation, employment, and education.

Keywords – Social experiences. Qualitative research. Cooperative work.

* Doutora em Educação/UFRGS, docente do Mestrado em Inclusão Social e Acessibilidade/Feevale. Novo Hamburgo – RS/Brasil. E-mail: dinora@feevale.br.

** Doutora em Educação/PUCRS; docente do Mestrado em Inclusão Social e Acessibilidade/Feevale. Novo Hamburgo – RS/Brasil. E-mail: elianapgm@feevale.br.

*** Doutora em Filosofia/UFRGS; docente do Mestrado em Processos e Manifestações Culturais/Feevale. Novo Hamburgo – RS/Brasil. E-mail: magalim@feevale.br.

Submetido em: março/2010. Aprovado em: junho/2010.

Um pesquisador, eu? Oh, não use a palavra! –
Sou somente pesado – de muitos quilos!!!
Eu caio, caio sem parar
E enfim chego ao fundo!
(Nietzsche, A gaia ciência)

Começar uma pesquisa exige certo descolamento das certezas, embora elas pareçam nos guiar no momento da elaboração de um projeto. Neste momento seguimos rituais quase sempre necessários para aqueles que desejam situar-se no universo ou campo que chamamos científico;¹ universo regrado que conseguiu, ao longo de sua história, construir uma grandiosa bibliografia, nos ensinando como devemos nos comportar, falar, agir e olhar o mundo. O pesquisador é aquele que melhor conseguiu digerir este universo, incorporando métodos, identificando-se com tal escola teórica, e conseqüentemente, engordando o ciclo de novas bibliografias que nos ensinam como fazer uma pesquisa (serão estes os quilos que carregamos?).

As pesquisas são avaliadas pela coerência metodológica, fundamentação teórica, problematização bem construída, e, não podemos esquecer, justificativa plausível para mostrar que a proposta de pesquisa tem validade ou não. Mas o que vemos quando construímos um projeto? Quem vê o que vemos? Primeiramente, vemos este universo, muitas vezes burocrático, do próprio fazer investigativo (e é isso que também será visto, revisitado, por outrem que avalia nosso olhar). O paradoxal é que, nesse processo, o porvir (sempre pleno de surpresas) já está antecipado no papel, como condição de garantia e legitimidade para perceber o que não pode ser estranho [(im)projetável], pois do contrário não poderíamos projetá-lo.²

Buscamos, assim, nos apropriar de uma metodologia da qual acreditamos dar conta, de forma coerente, da nossa maneira de olhar as coisas. A metodologia torna-se, então, extensão de nosso olho, nos permitindo chegar, ao menos mais perto daquilo que queremos olhar. No entanto, com isso não nos aproximamos apenas do que julgamos ser exterior a nós, mas daquilo que é também profundo em nós, enquanto pesquisadores. Ao olharmos o mundo, olhamos com este olho impregnado de miopias teóricas, mas também de histórias de infância, sempre curiosa diante do que vê. Nosso olhar, portanto, tem história que não necessariamente quer ratificar-se ao olhar, como comenta Bataille (2005, p. 7): “[...] escrevo para apagar meu nome”. Será neste momento que a pesquisa subverte-se a si mesma, permitindo a surpresa, desafiando caminhos a priori já traçados. A subversão da pesquisa se dá no desejo mesmo de seu exercício. Desejamos conhecer, compreender, construir relações, inventar diálogos (e não apenas afirmá-los).

Penetramos em um universo onde esperamos encontrar elementos novos (pois é desses elementos que a investigação se alimenta), nos vestimos com questões que possam nos apresentar ao desconhecido, mas é preciso coragem para desnudar-se, deixar a pele exposta, pois como afirma Valéry (apud LEVY, 2003, p. 37), muitas vezes está “na superfície da pele o mais profundo”.

Este texto é resultado do encontro de olhares (tanto dos pesquisadores como dos sujeitos que emergem como interlocutores desta pesquisa) em uma cooperativa de recicladores da cidade de Novo Hamburgo/RS, região metropolitana de Porto Alegre. Procuramos, aqui, expor nosso tatear, recuos e avanços que fazemos na tentativa de reencontrar constantemente nossos desejos investigativos, que se transformam ao misturarem-se com outros desejos. Desejos, muitas vezes, jogados fora em um saco de lixo esfarrapado; desejos que chegam pela fala ainda tímida daqueles que não compreendem tanta curiosidade diante de sua realidade; desejo que está no olhar, no sorriso, na roupa encontrada entre tantos dejetos; desejo de homens e mulheres que trabalham com aquilo que é construído e negado pela sociedade. Desejo também negado, reciclado na fantasia de encontrar um dinheiro dentro do saco imundo, que traz dentro de si a história da cidade e de suas pessoas. Será também dentro desses vários

sacos que os trabalhadores vão se encontrando, gerando trabalho e renda, a partir do que aparentemente não tem mais sentido.

Experiências metodológicas: uma leitura que nos desfaz

Nossas inquietações advêm dos caminhos investigativos da coleta de dados efetuada a partir da pesquisa “Experiências Sociais no Campo Educativo Ambiental: discursos e práticas”, a qual toma como objeto as experiências de homens e mulheres que trabalham na separação de resíduos sólidos urbanos. É esta experiência de trabalho coletivo que se apresenta como ponto de ancoragem da reflexão que ora propomos, e que nos coloca diante da tarefa de pensar não apenas as experiências sociais observadas, mas nossa própria experiência de investigação. Mas o que aqui estamos compreendendo por *experiência*?

A experiência enquanto conceito tem sido objeto de estudo de diferentes áreas de conhecimento. Autores da Psicologia, por exemplo, propõem o estudo de experiências como “possibilidade de singularização do olhar que ilumina as formas produzidas na cultura” (MELLO; SOUZA, 2005, p. 61). A Sociologia, através do conceito de experiência social, visa “à compreensão das expressões contemporâneas da sociedade, na sua aparente crise de valores, ambiguidade e incoerências” (WAUTIER, 2003, p. 174). A partir da Filosofia da Educação, Larrosa (2002, p. 21) afirma que a experiência é “o que nos passa, o que nos acontece, o que nos toca”. O referido autor aponta para a dimensão da experiência na modernidade e sua conseqüente perda de singularidade, afirmando que “a experiência já não é o que nos acontece e o modo como o mundo nos mostra sua cara legível, a série de regularidades a partir das quais podemos conhecer a verdade do que são as coisas e dominá-la, [concluindo que a experiência], “é uma abertura para o desconhecido, para o que não se pode anteciper nem ‘pré-ver’ nem ‘pré-dizer” (Idem, p. 28).

Em sua obra *O arrador*, Walter Benjamin (1994) admite que a arte de narrar está em vias de extinção quando afirma que as “ações da experiência estão em baixa e tudo indica que continuarão em baixa até que seu valor desapareça de todo” (p. 198). Segundo ele, a experiência “que passa de pessoa a pessoa é a fonte a que recorrem todos os narradores. E, entre as narrativas escritas, as melhores são as que menos se distinguem das histórias orais, contadas pelos inúmeros narradores anônimos” (BENJAMIN, *ibidem*, p. 198).

Nessa mesma linha de reflexão, em *Experiência e Pobreza*, ao reafirmar a comunicabilidade da experiência, Benjamin (*ibidem*) aponta para aquelas que desmoralizam os indivíduos. Referindo-se à 1ª Guerra Mundial, observou:

Na época, já se podia notar que os combatentes voltavam silenciosos do campo de batalha. [...] Porque nunca houve experiências mais radicalmente desmoralizadas que a experiência estratégica da guerra de trincheiras, a experiência econômica pela inflação, a experiência do corpo pela fome, a experiência moral pelos governantes (*ibidem*, p. 115).

E segue anunciando que mais uma miséria sobrepôs-se ao homem, qual seja o monstruoso desenvolvimento da técnica e, pelas razões explicitadas, anuncia a pobreza da experiência tomada, não somente pela sua dimensão exclusivamente pessoal, mas especialmente pela sua dimensão coletiva, o que lhe permitiu afirmar a emergência de uma nova barbárie.³

Hannah Arendt também se ocupou da experiência, da ação e da narrativa nos seus estudos sobre a compreensão das coisas. Celso Lafer (2007, p. 289), em um artigo que retoma os cursos da célebre filósofa, escreve: “[...] para Hannah Arendt a experiência é tanto o ensaiar, o pôr à prova, o testar, quanto aprovação que permitem uma melhor compreensão das coisas”.

A partir da revisão acima, nos perguntamos como é possível tomar como objeto de investigação as experiências vividas por trabalhadores que reproduzem a sua existência em atividades ligadas ao lixo,

ao tráfico, etc. Teremos que concordar com Lafer, ao comentar o pensamento de Hannah Arendt (LAFER, 2007, p. 294), quando nos fala da “ruptura e da inadequação do conhecimento tradicional para dar conta do ineditismo que caracteriza o século XX” e porque não o século XXI.

Ora, impõe-se admitir que, quando buscamos sistematizar os primeiros olhares sobre uma realidade, já estamos de alguma forma fazendo uma tradução. Ottoni (1998, p. 13) comenta que todo texto (e aqui tomamos a realidade analisada como um grande texto), seja ele original ou não, já é uma tradução. É o exemplo do pensamento de Derrida que nos fala do quanto as próprias palavras carregam em si mesmas diferentes sentidos (cita como exemplo, a palavra *pharmakon* que pode tanto significar veneno como antídoto). Desse modo, fazer a leitura de uma realidade é sempre uma tentativa de compreender seus diferentes sentidos e, ao mesmo tempo, inaugurar novos sentidos, que devem ser sempre negociados para que a palavra não surja descolada daquele que a emite. Esta constatação implica uma definição epistemológica sobre o que desejamos estudar e, ao mesmo tempo, remete-nos ao alcance e limites de uma investigação qualitativa.

Nesse sentido, nossa preocupação com as questões metodológicas na pesquisa qualitativa vem de longa data e tem-se constituído numa questão de relevância em nossas investigações. Aliás, a aproximação ao tema da metodologia e do seu entorno também está presente – enquanto um objetivo específico – nos projetos de pesquisa: Formação de Educadores em Práticas Socioeducativas (CNPq) e Educação, Trabalho e Solidariedade (CNPq). Tratando-se de uma questão que transversaliza nossas investigações, esta preocupação tem-nos conduzido, necessariamente, a assumir as implicações teóricas e epistemológicas que o termo “qualitativo” demanda. Dentre tantas, demanda por desvestir-se de algumas certezas.

A primeira certeza diz respeito aos rumos traçados previamente no projeto; rumos que guiam o investigador até o final da sua pesquisa. É importante que se reafirme que o fio que enlaça a necessária objetividade da pesquisa qualitativa é o projeto de pesquisa. Um projeto deve sempre definir com clareza o seu objeto de investigação, descrever os objetivos, detalhar minuciosamente a metodologia a ser utilizada e, ao mesmo tempo, fundamentar-se em uma revisão bibliográfica que abarque as principais questões colocadas como próprias da investigação. Esta objetividade na escrita do projeto deve, no entanto, prever a possibilidade de algumas, ou muitas alterações, na medida em que se iniciam as idas ao campo.

Neste espaço complexo e diverso, busca-se relacionar a perspectiva subjetiva presente nos relatos dos sujeitos com seus cenários sócio-históricos, procurando diminuir o desequilíbrio entre os componentes objetivos e subjetivos do processo (MEIRA CARTEA, 1992), sem deixar de considerar a diversidade de caminhos existentes e que se vão definindo na medida em que a investigação toma mais contornos. Com a necessidade de decidir e estabelecer as bases que atribuem singularidade à investigação, busca-se, a partir das características do objeto de estudo, fazer caminho caminhando. Ou seja, permite-se que o nexos investigativo incorpore as necessidades da ação, sem estar atrelado a uma única possibilidade de perceber e interpretar uma realidade. Com isso, de forma coletiva e partilhada, criam-se condições para que o processo se complexifique e aponte novas dimensões sobre a realidade estudada.

A segunda certeza a ser desinvestida, talvez, seja a ideia da existência de uma metodologia única e uniforme às pesquisas de base qualitativa. Diante disso, deve-se abordar o caminho científico-metodológico e as circunstâncias em que se edificam os resultados de uma investigação, tendo a clareza de que este não se trata de um processo asséptico em busca de um realismo ingênuo presente no bojo do ideário positivista (VALLÉS, 1997, p. 56). Trata-se de um processo que exige diversas escolhas que, por si, denotam os posicionamentos político-ideológicos estabelecidos pela equipe de investigadores diante das outras opções metodológica existentes. Nesse sentido, a observação participante tem sido o principal recurso metodológico utilizado em nossas investigações porque entendemos ser esta a forma mais respeitosa de nos relacionarmos com o outro. Especialmente, no âmbito da pesquisa em questão neste texto, cujo ponto de culminância está no seu caráter etnográfico.

Por fim, a terceira certeza que se impõe desinvestir na pesquisa qualitativa refere-se ao próprio ato de investigar, o qual prescinde de acertos, acordos, negociações entre os “sujeitos da pesquisa”. Estes, por sua vez, querendo designar tanto o grupo investigado (sujeitos individuais e coletivos) como os pesquisadores. A pesquisa se apresenta desse modo como um campo de tensões, de negociações, em que os sentidos das experiências e vivências do grupo não estão dados. Na inter-relação que vamos construindo, vamos aproximando-nos de uma realidade que vai sendo traduzida a todo momento. O privilégio desta tradução não emerge do olhar aguçado dos pesquisadores, mas das relações, dos diálogos e leituras que o próprio grupo vai construindo. É desse modo também que a problemática vai se redimensionando, e os problemas saem do papel para se tornarem questões que interferem na própria realidade do grupo.

A desconstrução dessas certezas não surge, contudo, como uma negação de tudo que fora pensado na história da metodologia, mas como uma atitude ética de profundo respeito ao outro, ao que surge como novo e pelo reconhecimento de que a novidade não pode ser subsumida por leituras que possam nos colocar em lugares seguros. Assim, toda e qualquer certeza não é um dado a priori, como um ponto de partida ou chegada dentro de uma perspectiva cartesiana de olhar o mundo. As certezas são negociações que vamos fazendo à medida que nos dispomos a interagir, a aprender, a trocar conhecimento, por meio do diálogo respeitoso com o outro.

Referencial teórico-metodológico: fio por onde se tecem as redes de sentidos

Para lançarmo-nos no campo empírico, buscamos inspiração nos estudos da etnografia. Esta opção teórico-metodológica exigiu-nos um esforço de estudos concentrados na leitura e discussão de autores como Malinowski (1984), Fonseca (1999), Da Matta (1978), Magnani (2004), Debert (2004), que nos possibilitaram muita reflexão, discussão e encaminhamentos de revisão metodológica.

Algumas razões para a escolha do método utilizado em nossa pesquisa merecem destaque: a escolha dos sujeitos da pesquisa, ou dos “informantes” (FONSECA, 1999), tem acontecido desde o interior da investigação.

Na antropologia clássica, o pesquisador escolhe primeiro seu “terreno” e só depois procura entender a sua representatividade. Chega ao campo com algumas perguntas ou hipóteses, mas é sabido que estas devem ser modificadas ao longo do contato com os sujeitos pesquisados, [estes] não foram escolhidos por serem estatisticamente de algum tipo ideal (Ibidem, p. 60-61).

Com efeito, os sujeitos da pesquisa têm-se mostrado na medida em que circulamos no espaço da Cooperativa. São os trabalhadores mais antigos, com mais tempo de trabalho, que se sentem autorizados para falar. Os mais novos parecem estar interditados ou autointerditados quer pelo pouco tempo que ali estão, quer pela presença das lideranças. Inicialmente a fala destes precisou ser acionada, ao passo que a participação dos mais antigos emergiu deliberadamente. Contudo, nesta fase da pesquisa, além do contato sistemático com os trabalhadores mais antigos (homens e mulheres, de faixa etária diversa), temos observado que também os mais novos têm-se aproximado das pesquisadoras, provavelmente, muito motivados pela curiosidade. Nesse movimento, fomos percebendo que se tratava de uma oportunidade para agregarmos mais informantes por meio da instauração de espaços de discussão coletiva (que não estavam inicialmente definidos no projeto de pesquisa). Segundo Malinowski (1984, p. 22),

Não é suficiente que o etnólogo [...] coloque suas redes no local certo e fique à espera que a caça caia nelas. Ele precisa ser um caçador ativo e atento, atraindo a caça, segurando-a cautelosamente, até a toca de mais difícil acesso. Isto exige o emprego de métodos mais eficazes na procura de fatos etnográficos.

A partir dessas referências teóricas, percebemos a importância de conhecer os valores e os critérios da etnografia no sentido de garantir uma coleta de dados mais minuciosa possível. Foi assim que a observação participante nos possibilitou espaços de intervenção significativos junto ao grupo e, quando vimos, estávamos a pensar em propostas de interferência e questionamentos, que nos levassem a uma aproximação mais ativa e propositiva dentro do grupo de trabalhadores. Instauramos, assim, um espaço de discussão grupal, muito próximo da proposta metodológica de pesquisa-ação, no qual buscamos fomentar “um debate aberto e acessível a todos [onde] os assuntos em questão são de interesse [...] comum [e] as diferenças de status entre os participantes não são levadas em consideração” (BAUER; GASKELL, 2007, p. 79).

Nestes tateios metodológicos, inicialmente, decidimos nomear nossa caminhada como uma ação etnográfica. Uma ação cuja dimensão se produz no entremeio da observação participante, a partir dos estudos da etnografia, e da pesquisa-ação, desdobrando-se em outra intervenção na Cooperativa, na forma de extensão universitária.⁴ No entanto, resistindo a render-nos ao pensamento que divide teoria e prática, posteriormente, decidimos compor um modelo de pensar-e-agir sobre as situações de campo que este modelo, baseado nos critérios da etnografia, passamos a chamar de uma pesquisa-formação.

Deste modo, pelo viés da pesquisa-formação, buscamos sustentação teórica em Paulo Freire, para afirmarmos a inexistência da chamada neutralidade científica e recusar nossa imparcialidade enquanto pesquisadoras.

Ao ser indagado sobre a investigação científica, em entrevista concedida a um especialista da revista *Cuadernos de Educación*, da Universidade Católica do Chile, no ano de 1972, no que se refere ao como conhecer uma determinada realidade, Freire responde:

Parece-me que a chamada neutralidade da ciência não existe. Tampouco a imparcialidade dos cientistas. E não existe nem uma nem outra, na medida em que não existe nenhuma ação desprovida de intenção de objetivos, de caminhos de busca [...]. Não significa, entretanto, que devemos confundir não neutralidade da ciência com a falta de rigor sistemático, sério, profundo e científico, na busca[do] que se quer conhecer (TORRES, 1979, p. 56).

Na continuidade de suas reflexões, Freire afirma que é impossível pensar a investigação científica descolada de epistemologias, uma vez que estas se explicitam em toda a pesquisa e, especialmente, em toda a análise. Neste sentido, Freire aponta que há indagações importantes para estas epistemologias, por exemplo: “Na investigação, quem vai conhecer? A quem serve este conhecimento? Com quem se conhece? Contra quem se conhece? Como se conhece? Por que se conhece? Para quê?” (p. 58). Na sequência da entrevista, Freire refere-se à objetividade e à subjetividade na pesquisa científica nas ciências sociais e humanas, destacando a sua interdependência: “[...] toda a subjetividade é objetividade e vice-versa” (TORRES, 1979, p. 58).

Neste sentido e seguindo o caráter político dos argumentos que emergem do ideário freiriano, é possível voltar o olhar interpretativo sobre o trabalho cooperado como espaço coletivo de construção de conhecimento. Como tal, este espaço também se configura como um espaço de poder e conflito, balizado pelas tensões entre as manifestações objetivas e subjetivas, vinculadas a uma estrutura hierarquizada pelas aprendizagens que se dão nas e pelas experiências no próprio espaço de trabalho cooperado.

Do trabalho de campo à pesquisa-formação: a experiência como valor epistemológico

Chegamos ao campo empírico adotando como estratégia as observações participantes,⁵ as quais têm-se mostrado um importante instrumento⁶ de coleta de dados, associadas à estratégia de construção de diários de campo.

Nestes, inicialmente, fazíamos um registro sucinto das visitas realizadas, apresentando dados como: data da visita, quem esteve presente, com quem conversamos e o que conversamos. Contudo, na medida em que as visitas foram tendo uma frequência maior, situação que o próprio campo passou a exigir, os registros nos diários de campo passaram a ser realizados de forma mais detalhada, contendo relatos pormenorizados. Os ditos abriram espaço para os não ditos. A confiança entre sujeitos da pesquisa (informantes e pesquisadoras), fomentada pela nossa presença constante no campo, passou a incorporar relatos de confidências, relatos de dramáticos depoimentos de vida e trabalho, alegrias, novidades, percepções de relações de poder internas ao grupo, entre outros.

Do ponto de vista da forma e do conteúdo dos diários de campo, a descrição feita em conjunto possibilitou um salto de qualidade do material. Após cada visita ao campo, pesquisadoras e bolsistas fazem suas contribuições no diário. Posteriormente, discutem-se os registros de relatos e a vivência da visita e, em nova rodada de discussões, agrupam-se alguns registros de diários e a equipe toda discute os escritos, relacionando-os com as obras que estão sendo estudadas e planejando nova intervenção no campo.

Foi a partir destas primeiras leituras e análises que começamos a problematizar as experiências sociais vividas pelos trabalhadores da cooperativa e, já nesse momento, sentimos necessidade de compartilhar esses problemas devolvendo-os aos trabalhadores através da proposição dos grupos de pesquisa-formação.

Desse modo, partindo do modelo de pesquisa-formação proposto por Adams (2007), passamos a propor atividades formativas aos trabalhadores, como resultado das experiências e vivências do grupo vinculadas ao espaço de diálogo e negociações estabelecidos.

A partir desta mudança no rumo de nossa caminhada investigativa, decidimos nomear o novo percurso como uma pesquisa-formação, definindo-a como a atitude de pensar-e-agir em e nas situações de campo que se produzem no entremeio da observação participante e da pesquisa-ação, num processo de inter-relação que possibilita aproximações a uma realidade que está sendo incessantemente traduzida, retraduzida e, portanto, construída por meio dos diálogos e leituras que o próprio coletivo vai construindo. Trata-se de um processo que instaura um campo de poder e conflitualidade, marcado pelas tensões entre expectativas e desejos, em cujo centro gravitacional situa-se o diálogo que tece relações de negociações sobre os sentidos das experiências e vivências do grupo.

Neste campo de tensionamento, pesquisa e formação fundem-se em um ponto de interseção, onde trabalhadores cooperados e pesquisadoras se diluem nas forças e linhas que atravessam as sociedades e os grupos, para então emergirem como sujeitos que se expõem, confrontam e confrontam-se, transformam e transformam-se, tomam decisões e exercem decisões.

A partir de tal perspectiva, não cabe investigar se fenômenos como percepção e sentimento são individuais ou sociais, pois indivíduo e sociedade deixam de ser unidades, ou parâmetros opostos de análise. A percepção e o sentimento, fenômenos frequentemente analisados sob a ótica da dicotomia individual-social, passam a ser considerados processos que se constituem a partir do entrecruzamento de duas segmentalidades, a molar e a molecular, ambas coextensivas a todo campo individual e social (ESCOSSIA; KASTRUP, 2005, p. 300).

Na medida em que o trabalho não se faz sozinho (tanto o trabalho investigativo como o trabalho de separação dos resíduos sólidos), mas implica um espaço coletivo de negociações, a pesquisa-formação possibilita a instauração de um espaço de discussão, no qual os trabalhadores são chamados a falar, a se colocar, a romper o silenciamento que trazem consigo. Instala-se, deste modo, um coletivo de trabalho negociado onde os trabalhadores falam e conversam; trocam ideias, alegrias, derrotas, vitórias, contam estórias, mobilizam-se e organizam-se para, eles próprios, apontarem-nos os aspectos da experiência que, naquele momento, demandam por análise. Adotar esta estratégia implica compreender que “o trabalho não deve ser analisado apenas em relação às técnicas de produção [...], mas considerando a

maneira como os sujeitos vivenciam e dão sentido às suas experiências” (RAMMINGER; NARDI, 2008, p. 341).

Porque reconhecemos que a relação com o trabalho certamente é vivida de forma distinta entre trabalhadores cooperados e pesquisadores, concebemos e construímos uma forma diferente de pesquisar (a “pesquisa-formação”), aqui entendida como uma instância produtora de linguagem, a qual constitui um vetor de expansão do poder de agir no trabalho a partir dos modos de trabalhar de um coletivo.

Foi desse modo que nos movimentamos entre o trabalho de campo à “pesquisa-formação”: percorrendo trilhas que, nos afastando de uma perspectiva cartesiana de olhar o mundo, tem-nos permitindo interagir com o outro, dialogando, aprendendo, trocando conhecimento para, por fim, instaurar um plano coletivo no qual efetivamente são engendrados os sentidos das experiências e vivências do grupo.

Considerações finais

Neste cenário em que a temática socioambiental emerge, desafiando pesquisadores de diferentes campos do conhecimento, nos inserimos como pesquisadoras do e no campo social, numa ação que se reforça nos limites e possibilidades da pesquisa qualitativa. Este texto é fruto das reflexões e inquietações que permeiam nosso ato cotidiano de pesquisar; mais do que uma análise das implicações metodológicas da pesquisa qualitativa, produzimos, aqui, uma análise de nossas implicações enquanto pesquisadoras. Todavia sabemos que o processo investigativo ainda nos reserva surpresas que, certamente, nos interpelarão a rever ou a reafirmar nosso posicionamento teórico-metodológico. Inevitavelmente, neste processo, cada tomada de decisões determinará o viés da intervenção no campo da análise e da interpretação do material que ainda será coletado ao longo da pesquisa.

Considerando que as questões socioambientais estão a exigir o emprego de outros e novos instrumentos para a coleta de material, não descartamos a utilização futura de entrevistas com questões mais dirigidas ou com a produção de imagens, por exemplo. Embora mantenhamos a proposta de uma pesquisa-formação, como procedimento metodológico, acreditamos que, no desenvolvimento da pesquisa, o uso de filmagens do ambiente da cooperativa, feitas pelos próprios informantes, assim como a discussão coletiva a partir da exibição de curtas-metragens que abordem a questão socioambiental, possam vir a contribuir para que o coletivo de trabalhadores nos aponte outras demandas por análise.

Nos momentos de pesquisa-formação até aqui desenvolvidos, temos constatado que algumas questões emergem com mais facilidade: as condições e contradições do trabalho coletivo, as relações de poder, as histórias de vida e trabalho, entre outras. No entanto, as questões que envolvem informações e conhecimentos sobre o ambiente não têm-se mostrado presentes. A questão socioambiental parece apresentar-se como mais uma carência deste coletivo que, em conjunto com as relações de trabalho, denotam a “experiência da pobreza” (BENJAMIN, 1994).

Queremos aqui fazer uma inversão à expressão cunhada por Benjamim (op. cit.), qual seja, a “pobreza da experiência” para apresentar um possível eixo de investigação. Assim, mais do que problematizar a escassez da experiência, talvez as análises nos possam permitir vincular a pobreza extrema às experiências de trabalho precarizado, à falta de condições mínimas de saúde no trabalho, à baixa escolarização, entre outros.

No entanto, estas faltas não podem ser significadas apenas pela ótica dos pesquisadores, pois neste caso, a pergunta seria: por que se submetem a isto? Por que não buscam outras formas de inserção no trabalho? Por que permanecem trabalhando com os restos que os demais põem fora? Enfim por que não se libertam disso? Talvez, o que para nós indica o excesso de faltas, para os trabalhadores traduza a própria experiência e a pergunta possível passa a ser: como a experiência da precarização se sustenta individual e coletivamente?

Referências

- ADAMS, Telmo (Org.). *Educação e economia popular e solidária: uma experiência de pesquisa-formação*. São Leopoldo: Oikos, 2007.
- BAUER, M.; GASKELL, G. *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.
- BATAILLE, Georges. *A história do olho*. São Paulo: Cosac Naify, 2005.
- BENJAMIM, Walter. *Obras escolhidas*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- BOURDIEU, Pierre. *Razones prácticas: sobre la teoría de la acción*. Barcelona: Anagrama, 1997.
- DA MATTA, Roberto da. O ofício do etnólogo, ou como ter “Anthropological Blues”. In: NUNES, Edson de Oliveira (Org.). *A aventura sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- DEBERT, Guita G. Problemas relativos à utilização da história de vida e história oral. In: CARDOSO, Ruth. *A aventura antropológica*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.
- ESCÓSSIA, Líliliana; KASTRUP, Virgínia. O conceito de coletivo como superação da dicotomia indivíduo-sociedade. *Psicologia em Estudo Maringá*, v. 10, n. 2, p. 295-304, maio/ago. 2005.
- FONSECA, Claudia. Quando cada caso não é um caso. Pesquisa etnográfica e educação. *Revista Brasileira de Educação*, n. 10, p. 58-78, 1999.
- LARROSA, J. Notas sobre a experiência e o saber da experiência. *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo, n. 19, jan./fev./mar./abr. 2002, p. 20-28.
- LAFER, C. Experiência, ação e narrativa: reflexões sobre um curso de Hannah Arendt. In: *Estudos Avançados*. São Paulo, v. 21, n. 60, maio/ago. 2002.
- LEVY, Tatiana Salem. A experiência do fora: Blanchot, Foucault e Deleuze. São Paulo: Relime Dumará, 2003.
- MAGNANI, José Guilherme Cantor. Discurso e representação ou de como os *baloma* de Kiriwana podem reencarnar-se nas atuais pesquisas. In: CARDOSO, Ruth. *A aventura antropológica*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004. p. 127-141.
- MALINOWSKI, Bronislaw. *Argonautas do Pacífico Ocidental*. São Paulo: Abril Cultural, 1984 (Os Pensadores).
- MEIRA CARTEA, Pablo. *La inserción social en los jóvenes de la Galicia rural: perspectivas escolares, familiares y profesionales en un contexto local*. Tese de Doutorado não publicada – Universidade de Santiago de Compostela, Santiago de Compostela. 1992.
- MELLO, E. D.; SOUSA, E. A. de. A experiência como intervalo para novas visibilidades. In: *Psicol. Soc.* [online], v. 17, n. 1, p. 61-66. jan./abr. 2005.
- OTTONI, Paulo (Org.). *prática da diferença*. Campinas, SP: Unicamp, 1998.
- RAMMINGER, Tatiana; NARDI, Henrique. Subjetividade e trabalho: algumas contribuições conceituais de Michel Foucault. *Interface – Comunic., Saúde, Educ.*, v. 12, n. 25, p. 339-346, abr./jun. 2008.
- TORRES, Carlos Roberto. *Diálogo com Paulo Freire*. São Paulo: Loyola, 1979.
- VALLÉS, M. S. *Técnicas cualitativas de investigación social: reflexión metodológica y práctica profesional*. Madrid: Síntesis, 1997.
- WAUTIER, A. M.. Para uma sociologia da experiência: uma leitura contemporânea: François Dubet. *Sociologias*, Porto Alegre, n. 9, jan./jun. 2003.

¹ O campo científico pode ser entendido como um “universo social *como os demais*, no qual se trata, como em todas as partes, de questões de poder, de capital, de relações de força, de lutas para conservar ou transformar essas relações de força, de estratégias de conservação ou de subversão etc.” (BOURDIEU, 1997, p. 89).

² (Im)projetável significa aqui aquela abertura que existe na própria realidade que queremos investigar, e que um projeto de pesquisa, por mais que preveja esta abertura, criando estratégias de organização e análise, não é capaz de fazer desaparecer o inusitado que surpreende o olhar.

³ Questão retomada por Larrosa (2002) ao anunciar que informação não é experiência; a experiência é cada vez mais rara por excesso de opinião; é rareada também pela falta de tempo; pelo excesso de trabalho.

⁴ A Incubadora de Economia Solidária da Feevale está assessorando a referida Cooperativa através de atividades de formação técnica, gestão e de apoio tecnológico. As professoras pesquisadoras e as bolsistas de iniciação científica transitam na pesquisa e na extensão como atividades complementares, abrindo-se, assim, um diálogo interdisciplinar com outras áreas de conhecimento que compõem o núcleo da Incubadora.

⁵ As observações têm sido implementadas por meio de visitas sistemáticas realizadas pelas pesquisadoras e bolsistas de iniciação científica que compõem o grupo de trabalho. É necessário fazer referência ao trabalho das bolsistas: Maristela Silva dos Santos e Fabiana Mesquita Furtado, acadêmicas dos Cursos de Letras e Pedagogia, respectivamente, no que tange a sua contribuição nas idas ao campo, na coleta de informações, no registro dos diários de campo e na transcrição e sistematização das discussões teóricas sobre o material empírico.

⁶ Queremos pensar aqui o instrumento não como algo meramente instrumental, funcional. Ao optarmos por determinados instrumentos, percebemos que esta escolha interfere diretamente no que queremos pensar.